



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso

Precarização do trabalho: Jornadas exaustivas e uberização do trabalho

Gama-DF
2024

BEATRIZ DO CARMO AMORIM

Precarização do trabalho: Jornadas exaustivas e uberização do trabalho

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em arquitetura e urbanismo pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Profa. Ma. Luciana Jobim Navarro

Gama-DF
2024

BEATRIZ DO CARMO AMORIM

Precarização do trabalho: Jornadas exaustivas e uberização do trabalho

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em arquitetura e urbanismo pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 01 de julho de 2024.

Banca Examinadora

Profa. Ma. Luciana Jobim Navarro
Orientador

Prof. Esp. Ricardo Targino
Examinador

Profa. Ma. Rolzelin Rocco de Sá Coutinho Pio
Examinador

Precarização do trabalho: Jornadas exaustivas e uberização do trabalho

Beatriz do Carmo Amorim

Resumo:

Este artigo acadêmico foi elaborado para destacar a luta de uma categoria de trabalhadores invisibilizados pela precarização do trabalho no contexto pós-moderno, a pesquisa, com abordagem exploratória e qualitativa, reuniu dados secundários e terciários para investigar a relação entre preconceito racial e sociocultural e a dificuldade de conseguir empregos formais, além disso, buscou-se entender como o capitalismo influencia nas jornadas exaustivas de trabalho e como surgiu a uberização do trabalho. No cenário atual, a situação dos trabalhadores de aplicativos vai além dos limites dos empregos informais, esses trabalhadores enfrentam a expectativa de serem autônomos, gerindo seus próprios horários e metas, porém, essa aparente flexibilidade esconde a realidade de longas jornadas de trabalho e falta de segurança. O artigo reflete sobre o impacto do capitalismo na vida desses trabalhadores, que são fundamentais para o funcionamento da sociedade urbana moderna, atendendo à crescente demanda por serviços rápidos e eficientes, apesar disso, essa dependência crescente de serviços não se traduz em melhores condições de trabalho ou reconhecimento adequado para esses profissionais. Este estudo analisa o papel desses trabalhadores na atual dinâmica urbana, destacando como, apesar de serem essenciais para a comodidade diária, continuam a enfrentar condições de trabalho precárias e invisibilidade social. Os objetivos da pesquisa foram atingidos, evidenciando a relação entre preconceito racial e sociocultural e as dificuldades de conseguir empregos formais, a influência do capitalismo nas jornadas exaustivas e compreender a origem da uberização do trabalho.

Palavras-chave: 1° precarização; 2° uberização; 3° trabalho por aplicativo.

Abstract:

This academic article was prepared to highlight the struggle of a category of workers made invisible by the precariousness of work in the post-modern context. The research, with an exploratory and qualitative approach, brought together secondary and tertiary data to investigate the relationship between racial and sociocultural prejudice and the difficulty in obtaining formal jobs, in addition, we sought to understand how capitalism influences exhausting working hours and how the uberization of work emerged. In the current scenario, the situation of application workers goes beyond the limits of informal jobs, these workers face the expectation of being autonomous, managing their own schedules and goals, however, this apparent flexibility hides the reality of long working hours and lack of security. The article reflects on the impact of capitalism on the lives of these workers, who are fundamental to the functioning of modern urban society, meeting the growing demand for fast and efficient services. Despite this, this growing dependence on services does not translate into better working conditions or adequate recognition for these professionals. This study analyzes the role of these workers in current urban dynamics, highlighting how, despite being essential for daily convenience, they continue to face precarious working conditions and social invisibility. The research objectives were achieved, highlighting the relationship between racial and sociocultural prejudice and the difficulties of obtaining formal jobs, the influence of capitalism on exhausting working hours and understanding the origin of the uberization of work.

Keywords: 1° precariousness; 2° uberization; 3° work per application.

1 INTRODUÇÃO

Na era contemporânea, marcada pela revolução tecnológica e pela transformação dos padrões de consumo, os serviços de entrega e transporte por aplicativo surgiram como a força que revolucionou a maneira como as pessoas têm acesso aos serviços. Essas plataformas, como Uber, Rappi, 99, iFood, e muitas outras, têm experimentado um crescimento significativo, conectando consumidores a uma variedade impressionante de opções de serviços, tudo com apenas alguns toques na tela de distância. Contudo, por trás dessa conveniência aparentemente impecável, existe uma rede de trabalhadores invisibilizados que desempenham um papel fundamental nessa cadeia de distribuição: os entregadores e os motoristas desses aplicativos.

Os entregadores e motoristas de aplicativo, muitas vezes chamados de "freelancers digitais", tornaram-se uma parte essencial da economia de compartilhamento global, realizando entregas e viagens rápidas para atender às demandas dos consumidores modernos.

Sua flexibilidade de horário e a possibilidade de iniciar rapidamente o trabalho atraem muitos indivíduos que buscam uma renda adicional ou a oportunidade de trabalhar de forma autônoma. No entanto, essa expansão rápida e aparentemente sem limites também gerou preocupações significativas sobre as condições de trabalho e a segurança desses profissionais.

Uma das questões principais que surgem nesse contexto é a necessidade de fornecer suporte adequado para os entregadores e motoristas de aplicativo enquanto eles realizam suas tarefas. A jornada de um entregador e de um motorista, frequentemente é sobrecarregada por longas horas de trabalho e pressões constantes, levantando questionamentos sobre a qualidade do ambiente de trabalho, os direitos trabalhistas e a segurança no trânsito.

Certamente, a relação entre o desemprego e as disparidades raciais é um componente importante a ser abordado quando se discute o tema de uma perspectiva crítica. Para entender plenamente o impacto da falta de apoio para esses trabalhadores, é essencial reconhecer as disparidades raciais que ocorrem com o desemprego e o mercado de trabalho como um todo.

As desigualdades raciais podem se manifestar em várias formas, desde o acesso limitado a recursos educacionais e redes de contatos até a discriminação na contratação e as disparidades salariais, em muitos casos, as comunidades racialmente marginalizadas enfrentam taxas de desemprego mais elevadas e estão sub-representadas em setores de alto crescimento. No contexto da economia gerada por meio de aplicativos, muitas vezes é possível ver que minorias étnicas e raciais enfrentam barreiras adicionais para acessar oportunidades de empregos formais, recorrendo às entregas e corridas como salvação.

Os próximos tópicos desse artigo aprofundam a análise, levando em consideração também as complexas dinâmicas raciais que moldam o cenário do desemprego e do mercado de trabalho, exigindo um debate aberto e cuidadoso sobre as implicações raciais que ocorrem nesse cenário.

1.1 O preconceito e a precarização do trabalho sob a ótica das minorias

Citando a filosofia de Sartre (2012) para referenciar a desigualdade humana, como o ser humano é visto e tratado quando não se encaixam na classe denominada como burguesia¹. O humanismo tem como princípio a filosofia moral, que coloca o ser humano como principal protagonista no mundo, começando a se importar com algo diferente, além do teocentrismo. Sartre vem para questionar o falso humanismo da classe dominante, que vê o humanismo como um símbolo, e vem denunciando a hipocrisia que em defesa de um universalismo² superficial ignora os seres humanos na sua forma efetiva.

Existe, no entanto, outro sentido para o humanismo, que significa, no fundo, o seguinte: [...] não há outro universo senão um universo humano, um universo da subjetividade humana [...]. Humanismo, porque lembramos ao homem que não há outro legislador senão ele mesmo, e que é no desamparo que ele decidirá por si mesmo (Sartre, 2012, p. 43, 44 apud. Souza, T,2022).

É uma reflexão sobre como estamos inseridos em uma sociedade contraditória, que julga defender o todo, o que é público, o que é referente ao mundo, mas respeita apenas o que é particular, o que é do seu interesse e da sua ‘bolha’. Em nome de um humanismo que tenta esconder uma sociedade

¹ O termo se refere a classe social dominante do sistema capitalista (Fonte: todamateria.com.br)

² Se refere a uma filosofia que defende a ideia de que todos os seres humanos são iguais e possuem os mesmos direitos e deveres. (fonte: cafecomsociologia.com)

desigual e excludente, "a humanidade era composta de burgueses, brancos e homens"(Sartre, 1972, p. 389 apud. Souza, T,2022) que entra em contradição com o ideal do universalismo, que acredita na igualdade de oportunidades.

Se trata da crítica de um humanismo burguês e da promoção de um existencialismo³ universal, a partir do que é concreto e considerando a individualidade do ser humano. Trata-se da criação de um modo de enxergar as coisas por dentro, se colocando no lugar de onde vem e analisando as próprias relações com o mundo.

É possível notar que quando se vem de uma sociedade elitista é fácil acreditar na igualdade de oportunidades, onde os empregos e rendas são distribuídos de forma igualitária, mas olhando com atenção (ou talvez nem tanta atenção assim) é possível ver que essa distribuição é feita de forma desproporcional, baseada em um sistema abusivo no qual estamos inseridos, sendo o trabalho dividido em dois grupos distintos, onde a classe trabalhadora está na base, produzindo os meios enquanto a classe dominante está no topo se apropriando dos meios.

Ao trazer essa perspectiva para os tempos atuais, comparando com a filosofia que Sartre via e vivia e aprofundando no contexto do tema em questão, é possível observar de forma clara a divisão de classes refletida nas ruas. Nesse cenário, os trabalhadores que atuam por meio de aplicativos atuam também como os principais geradores de riqueza para as empresas de aplicativo que se utilizam desse meio de serviço, utilizando mão de obra dos trabalhadores para gerar lucro, porém, muitas vezes, esses trabalhadores conseguem produzir para si apenas o suficiente para o próprio sustento, não tendo nenhuma margem de lucro. Enquanto isso, empresas lucram às custas de milhares desses trabalhadores, ampliando assim seu domínio empresarial. Além disso, é comum que esses trabalhadores sejam aliciados para promover gratuitamente as marcas das empresas, como parte de uma estratégia de marketing, muitas vezes buscando apenas pertencer a um coletivo ou identificar-se dentro de seu meio de atuação.

Esconde-se deles desde a infância, por uma falsa universalidade, a realidade social que é a exploração do maior número por uma

³ É um conjunto de teorias formuladas no sec. XX, que se caracterizam pela inclusão da realidade concreta do indivíduo (sua mundanidade, angústia, morte etc.) no centro da análise filosófica, em divergência com doutrinas racionalistas que dissolvem a subjetividade individual em sistemas conceituais abstratos e universalistas. (Fonte: google.com)

minoria: esconde-se deles, sob o nome de humanismo, a verdadeira condição dos trabalhadores e dos camponeses, e a luta de classes; por um igualitarismo mentiroso, o imperialismo, o colonialismo, e o racismo, que é a ideologia dessas práticas (Sartre, 1972, p. 393 apud. Souza, T,2022).

Se trata de um dilema prático que reflete uma tendência crescente de individualização dentro da sociedade, em que prevalece a ideia de produção e consumo incessantes, transformando os indivíduos em meros instrumentos de trabalho, facilmente descartáveis e substituíveis, privados de seus direitos sociais. Estamos lidando com uma sociedade imersa numa dinâmica de globalização financeira⁴, na qual o valor primordial é que a força de trabalho seja capaz de gerar lucros, Bauman em 2016 diz que quando o poder é administrado por mercados, a política local é limitada e os laços entre o estado e o cidadão são enfraquecidos, e a sociedade perde coesão se tornando uma sociedade ‘líquida’⁵ (Bauman, 2016, p. 26,27 apud. Bazzanella,2022).

Bauman fez uma observação importante sobre a dinâmica da sociedade contemporânea, destacando que quando o poder é predominantemente exercido pelos mercados, isso tende a limitar a influência da política local. Um exemplo atual disso pode ser visto na crescente influência das corporações multinacionais sobre os assuntos políticos e econômicos globais. Essas empresas muitas vezes têm mais poder e recursos do que os próprios governos, o que pode resultar em políticas que priorizam os interesses corporativos causando perda para as necessidades locais e da população em geral.

Além disso, a relação entre o Estado e o cidadão pode ser enfraquecida quando as políticas são moldadas para favorecer os interesses das empresas em oposição ao bem-estar da população. Essa dinâmica pode levar à perda de coesão social, onde a sociedade se torna mais fragmentada e individualista. Em vez de se sentirem parte de uma comunidade, os indivíduos podem se tornar mais isolados e focados apenas em seus próprios interesses. Isso pode ser observado em fenômenos como o aumento da polarização política e social, onde as pessoas se agrupam em bolhas ideológicas e têm dificuldade em encontrar pontos em comum com aqueles que têm opiniões diferentes.

⁴ “A globalização financeira é o espaço adequado para o desenvolvimento do capital, sem limites, fronteiras, sem controles, sem obstáculos, a não ser aqueles colocados por suas próprias contradições internas”. (Fonte: Gentil Corazza)

⁵ Segundo Bauman, a sociedade líquida caracteriza uma sociedade centrada no individualismo, na qual as estruturas sociais se tornaram efêmeras e instáveis, que necessita de fundamentos sólidos e duradouros. (Fonte: dodouro.com)

Portanto, as observações de Bauman continuam relevantes hoje, pois destacam os desafios enfrentados por muitas sociedades contemporâneas devido à crescente influência dos mercados e à consequente fragilização das estruturas políticas e sociais.

1.1.1 A marginalização das pessoas negras

A divisão do trabalho capitalista é marcada claramente pelo racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado. ⁶ Sendo assim é possível afirmar tendo base no histórico capitalista e em toda a trajetória social brasileira que existe uma associação da escravidão na formação de toda a base dessa estrutura social questionável, já que de acordo com Almeida (2018, p. 135) apud. Barros 2022, “[...] o racismo normaliza a superexploração do trabalho [...]”. Sendo assim, torna normal a ideia de que é aceitável explorar o trabalho das pessoas negras. Isso acontece porque o racismo desvaloriza o trabalho delas, levando a salários mais baixos e condições de trabalho ruins. Como resultado, as pessoas negras frequentemente acabam em empregos mal remunerados e instáveis, onde são tratadas injustamente. Essa situação cria uma divisão clara no mercado de trabalho, com as pessoas negras sendo mais propensas a serem exploradas e marginalizadas. Em vez de questionar essa desigualdade, o racismo faz com que muitas vezes seja vista como algo normal ou inevitável.

O preconceito enraizado no Brasil tem causado sérios danos ao avanço, sejam eles como já mencionado: políticos, éticos e principalmente sociais. Como a divisão do trabalho na sociedade está ligada aos interesses próprios das classes economicamente favorecidas causando prejuízo àquelas que dependem exclusivamente da força de trabalho como meio de sobrevivência. No entanto, o conflito entre classes mostra que a sociedade é baseada na luta de classes.

O sistema capitalista, ao ser excludente por natureza, perpetua a desigualdade ao manter o controle sobre a propriedade e os recursos. No capitalismo, aqueles que não possuem propriedades significativas são compelidos a vender sua força de trabalho para sobreviver. Essa dinâmica reforça a concentração de riqueza e poder nas mãos daqueles que já são proprietários, mantendo assim a estrutura hierárquica da sociedade. Em resumo, o capitalismo se sustenta ao garantir que uma parte da população tenha controle sobre os meios de produção, enquanto outros são submetidos a vender seu trabalho para esses proprietários.

⁶ “O trabalho assalariado resume-se na venda da força de trabalho do trabalhador em forma de uma remuneração para que possa obter seu sustento” (fonte:mundoeducacao.uol.com.br)

A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burguês da corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, aberta outras, uma luta que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta (Marx; Engels, 1987:35 apud. Silva et al. 2015).

De acordo com Silva, Justino e Schenato (2015) Marx não via na divisão do trabalho uma fonte de solidariedade entre as pessoas, ao contrário, acreditava que ela reforçava a alienação promovida pela burguesia. Os trabalhadores, por não terem controle sobre os meios de produção, apenas sobre sua própria força de trabalho, estão sujeitos à dominação econômica, cultural e política, especialmente através do governo que age como uma máquina de repressão. Marx buscava estabelecer uma ética humanista que prevenisse o surgimento da injustiça, da desigualdade, da opressão e da exploração, oferecendo uma visão alternativa que transcendesse as estruturas opressoras do sistema capitalista.

A ideia de como uma classe marginalizada é tratada de forma inferior pode ser entendida olhando para a escravidão. Naquele tempo, as pessoas eram tratadas como se não tivessem valor, apenas como ferramentas de trabalho baratas. Eles foram deixados à margem da sociedade, sofrendo humilhação para serem controlados. Foi tirado deles sua identidade e poder, restando apenas a noção de que estavam aprisionados. Isso tudo acontecia porque as classes mais poderosas se beneficiavam da exploração e da opressão dessas pessoas.

A exploração brutal era justificada pelo lucro e pelo desejo de poder das classes dominantes, onde se beneficiavam da opressão e da desumanização daqueles que não tinham voz nem poder. Essa exploração não se limitava apenas ao aspecto econômico, mas também se estendia para a esfera social, cultural e política, criando um sistema que mantinha essas pessoas presas em um ciclo de subjugação. Eles eram tratados como propriedades, privados de direitos básicos e relegados à condição de servidão, enquanto as classes dominantes prosperavam à custa de sua exploração. Essa dinâmica cruel não apenas perpetuava a desigualdade e a injustiça, mas também negava a essas pessoas a oportunidade de viver com dignidade e liberdade.

As condições de vida da sociedade velha já estão destruídas nas condições de vida do proletariado. O proletariado não é proprietário; a sua relação com a mulher e os filhos já nada tem de comum com a relação familiar burguesa; o trabalho industrial moderno, a subjugação moderna ao capital (...) tirou-lhe todo o caráter nacional. As leis, a moral, a religião são para ele outros tantos preceitos burgueses, atrás dos quais se acoitam outros tantos interesses burgueses (Marx, Engels, 1987:43 apud. Silva et al. 2015).

É possível ver que aos olhos da sociedade a ideia da escravidão não mudou, tendo então a certeza de que a escravidão é e foi o pilar fundamental da história socioeconômica do Brasil, pode-se afirmar que toda essa trajetória foi a responsável pela exclusão do povo negro e desvalorização de seus trabalhos, levando-os a procurarem meios de sobrevivência precária.

A abolição no Brasil resultou na exclusão da população negra das áreas centrais e indústrias econômicas em crescimento, atribuindo a essa parcela da população empregos não formais. O processo de abolição da escravidão moderna não foi, de forma alguma, uma tentativa de emancipação da população, pelo contrário, acabou sendo um projeto de estado que visava marginalizar a população negra e imigrante, levando-os aos setores periféricos do mercado de trabalho assalariado em desenvolvimento.

Mesmo com a imaginária abolição da escravidão moderna, está evidente todos os obstáculos que a população tem que enfrentar para poder continuar de pé, a reestruturação social para essas pessoas não é um projeto apenas para os governantes, tendo em vista que “somos todos iguais perante a lei”. Entende-se que “[...] os direitos jurídicos são, então, estendidos a todos, vistos não como pertencentes a uma ou outra classe social, mas como cidadãos” (Oliveira, 2017, p. 50), tendo isso em mente, se trata de um projeto que tem que ser compreendido por toda a sociedade.

O processo de abolição provocou diversos problemas, sendo um deles a divisão racial no mercado de trabalho. Isso se tornou mais evidente durante a compra e venda da força de trabalho, o que resultou na falta de condições materiais para que a população pudesse satisfazer suas necessidades humanas básicas. No entanto, Gomes e Domingues destacam uma contradição importante que surgiu no final do século XIX e na primeira metade do século XX, durante esse período, surgiu a ideologia da desracialização ou não racialização no Brasil, que alegava a inexistência de raças no

país e promovia a ideia de igualdade e ausência de diferenciação racial, no entanto, ao mesmo tempo estavam sendo estabelecidos mecanismos de exclusão com base na raça.

Isso resultou na divisão racial do trabalho, na qual a população negra foi excluída da formação da classe trabalhadora. O racismo estrutural no emergente mercado de trabalho assalariado brasileiro desempenhou um papel fundamental na criação dessa divisão. Isso se traduziu na exclusão dos negros e imigrantes de empregos formais, levando-os ao desemprego e à desocupação. Aqueles que conseguiram entrar no mercado de trabalho assalariado geralmente ocupavam empregos de subsistência, caracterizados pela precarização, subordinação e baixa remuneração, essa realidade reflete as profundas desigualdades raciais que persistiram no Brasil mesmo após a abolição formal da escravidão.

Essa reflexão destaca uma limitação significativa na análise tradicional da classe trabalhadora, pois deixa de reconhecer as complexas dinâmicas raciais que permeiam o mercado de trabalho. A população que é marginalizada muitas vezes enfrenta desafios e discriminações específicas no acesso ao emprego, nas condições de trabalho e nas oportunidades de ascensão profissional. Ignorar essa realidade pode levar a uma visão distorcida da composição da classe trabalhadora e das desigualdades que existem dentro dela.

Portanto, essa reflexão nos lembra da importância de adotar uma abordagem mais inclusiva e sensível às questões raciais ao analisar a classe trabalhadora. Isso envolve reconhecer a diversidade de experiências e identidades dentro da classe trabalhadora e considerar como as desigualdades raciais desempenham um papel fundamental na determinação das oportunidades e desafios enfrentados pelos trabalhadores. É fundamental adotar uma perspectiva mais abrangente que leve em conta tanto as dimensões de classe quanto as dimensões raciais na análise das relações de trabalho e das lutas por justiça social.

1.1.2 A dificuldade de pessoas marginalizadas conseguirem empregos formais

Nenhuma medida de proteção social foi estabelecida para os escravos após sua libertação. Depois de libertados, os escravizados foram deixados à própria sorte e jogados na sociedade urbana sem qualquer processo de integração. Sem emprego ou renda para sobreviver, as mulheres tiveram que

continuar a servir aos senhores como empregadas domésticas em troca de salários escassos ou em troca de comida e de um lugar para viver. Essas pessoas foram simplesmente abandonadas, jogadas à margem da sociedade. Daí a palavra ‘marginalidade’, pois essas pessoas cometiam crimes para poder colocar comida na mesa e ter algo para conseguirem sobreviver. (Accarini 2020).

Trazendo outro contexto para palavra marginalidade, se referindo a condição das pessoas que vivem à margem da sociedade, onde muitas vezes excluídas dos recursos, oportunidades e direitos disponíveis para a maioria. Essa exclusão pode ser causada por uma série de fatores, incluindo pobreza, discriminação, falta de acesso à educação e emprego, entre outros. As pessoas marginalizadas são frequentemente privadas de voz e representação política, enfrentando estigmas sociais que as impedem de participar plenamente da vida da comunidade. A marginalização pode resultar em uma série de consequências negativas, incluindo falta de moradia, desemprego, criminalidade e isolamento social. É um ciclo de exclusão que perpetua a desigualdade e a injustiça, dificultando o acesso dessas pessoas a uma vida digna e satisfatória.

A marginalização persistente ao longo do tempo resultou em uma população que continua a enfrentar discriminação e a ser excluída de oportunidades de trabalho. Muitos são empurrados para ocupações manuais de baixa remuneração, repetindo os padrões de trabalho impostos durante a era da escravidão. Esse legado de desigualdade e exclusão ainda é evidente hoje, com as pessoas marginalizadas enfrentando barreiras significativas no mercado de trabalho. A discriminação limita suas oportunidades de emprego e progresso na carreira, mantendo assim o ciclo de marginalização e desigualdade social.

A marginalização dos trabalhadores e a precariedade dos meios de trabalho frequentemente estão interligadas em contextos econômicos e sociais. Em muitos casos, os trabalhadores são marginalizados no processo produtivo, com suas contribuições individuais sendo reduzidas a uma forma impessoal de trabalho abstrato, isso ocorre em meio a um sistema em que os produtos que os trabalhadores criam assumem um valor predominantemente maior que o próprio valor, destacando uma desvalorização da contribuição humana em favor da comercialização do trabalho.

Essa dinâmica pode contribuir para a criação de um ambiente de trabalho precário, onde os trabalhadores enfrentam baixos salários, insegurança no emprego e falta de proteção social, nesse contexto, os trabalhadores muitas vezes se sentem alienados em relação ao produto de seu trabalho e são tratados como meros acessórios no processo produtivo. Essa situação reflete um absurdo social, onde a atividade humana é dominada pelos produtos que ela mesma cria, mantendo assim a marginalização e a desigualdade social.

A expressão de um produto “ter” um chamado valor, tem para ele um significado duplo. Primeiro, enquanto são valores econômicos, extingue-se a qualidade sensível dos produtos, não passando eles de representantes materiais de trabalho abstrato indiscriminado, que apenas como tais podem ser transformados na forma de encarnação do dinheiro. Em segundo lugar, porém, revela-se na forma-valor abstrata dos produtos, que se expressa pelo preço em dinheiro, o absurdo social de que o processo vivo da apropriação da natureza pelo homem e das relações sociais por ela medidas assumem a forma de propriedades de objetos mortos. A atividade viva dos homens é absorvida, por assim dizer, por seus próprios produtos, que por esse mecanismo absurdo são promovidas a quase-sujeitos da sociedade, enquanto os homens, seus criadores, são degradados a meros acessórios. No automovimento do dinheiro termina essa inversão (Kurz, 1992, p.240 apud. Cordeiro, 2019).

Essa questão nos leva a refletir sobre como as mudanças no mercado de trabalho, a natureza do valor no sistema capitalista e a crise econômica estão interligadas, e também provoca a explorar se a Economia do Compartilhamento⁷ desempenha um papel significativo na busca por soluções para esses desafios em constante evolução.

1.2 A uberização do trabalho

Com os requisitos atuais as oportunidades de empregos tradicionais tem ficado mais exigentes, sendo tanto em escolaridade quanto em currículo, a popularização dos empregos informais, ou seja: sem carteira assinada ou qualquer tipo de vínculo empregatício, vem se tornando a cada dia uma grande chance para a sobrevivência daqueles que precisam, sendo não apenas pessoas das classes mais baixas aderindo o serviço que os aplicativos podem lhe oferecer de forma mais rápida, pessoas

⁷ A economia do compartilhamento, é um modelo econômico onde as pessoas compartilham serviços de forma direta, e em vez de contratar um serviço de forma contínua, as pessoas podem acessá-los conforme sua necessidade, pagando geralmente pelo uso. Esse compartilhamento é facilitado por plataformas digitais, que conectam indivíduos que desejam oferecer algo com aqueles que precisam desses serviços

com rendas um pouco melhores e algumas até com ensino superior também se renderam aos trabalhos por aplicativo, sendo como motoristas, entregadores, etc.

Pois o trabalho como tal, considerado dessa forma seca e abstrata, não é nada supra histórico. Em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas. Nesse sentido só faz parte da modernidade, e como tal foi aceito como pressuposto não questionado por ambos os sistemas conflitantes do pós-guerra, sem distinção. Mas, o trabalho nessa forma abstrata, pode ser definido também como atividade que de maneira igualmente estranha, traz sua finalidade em si mesma. É precisamente esse caráter, de finalidade inerente, que igualmente caracteriza o sistema burguês do Ocidente e o movimento operário moderno: revela-se no “ponto de vista do trabalhador” e no ethos de trabalho abstrato aquela idolatria fetichista do maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas subjetivamente perceptíveis. (Kurz, 2017 apud. Cordeiro, 2019)

Essa mudança no mercado de trabalho tem sido impulsionada por diversos fatores, incluindo avanços tecnológicos e a flexibilidade que esses empregos dizem oferecer à medida que a economia compartilhada cresce, mais pessoas estão explorando essas oportunidades como uma maneira de garantir sua renda, com a possibilidade de se tornar um motorista de aplicativo ou entregador, as pessoas têm a falsa perspectiva de se tornarem seus próprios chefes e controlarem seu tempo de trabalho, isso representa uma mudança significativa em relação aos empregos tradicionais, onde a supervisão e os horários fixos são comuns.

A pandemia de COVID-19 acelerou ainda mais essa transformação, pois muitos perderam seus empregos formais e recorreram a essas oportunidades informais como uma tábua de salvação financeira. A necessidade de manter o distanciamento social também contribuiu para o aumento da demanda por serviços de entrega e transporte individual, no entanto, é importante reconhecer que essa migração para empregos informais não é isenta de desafios, a falta de benefícios como seguro saúde e a ausência de garantias trabalhistas podem expor os trabalhadores a riscos financeiros e de segurança, além disso, a concorrência acirrada nesses mercados podem levar à pressão por preços mais baixos, afetando a renda dos trabalhadores.

O governo e as empresas também precisam se adaptar a essa nova realidade, políticas públicas podem ser necessárias para garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores informais e promover

um ambiente de trabalho justo, as empresas de tecnologia devem assumir a responsabilidade de oferecer condições de trabalho adequadas e remuneração justa aos seus trabalhadores independentes. Em resumo, a ascensão dos empregos informais via aplicativos é uma resposta às mudanças no mercado de trabalho, oferecendo oportunidades para pessoas de diferentes classes sociais, no entanto, é importante equilibrar essa flexibilidade com a proteção dos direitos dos trabalhadores e garantir que essa transformação beneficie a sociedade como um todo.

Para os trabalhadores, a migração para empregos informais também pode representar uma chance de diversificar suas fontes de renda. Pessoas têm adotado uma abordagem de que consiste em atividades pontuais e autônomas a curto prazo por meio de plataforma (gig work) para complementar seus ganhos tradicionais. Isso permite uma maior flexibilidade financeira e a capacidade de enfrentar desafios econômicos imprevistos. Além disso, os empregos por aplicativo têm contribuído para a inclusão econômica, permitindo que pessoas que antes estavam à margem do mercado de trabalho formal agora participem ativamente da economia, isso é especialmente evidente em países em desenvolvimento, onde a falta de oportunidades formais de emprego é um problema persistente.

No entanto, à medida que essa tendência continua a crescer, também surgem preocupações sobre sua sustentabilidade a longo prazo. À medida que mais pessoas se voltam para trabalhos informais, a competição pode se tornar agressiva, levando a uma pressão constante sobre os preços e a renda dos trabalhadores, além disso, a falta de segurança no emprego pode criar instabilidade financeira.

As empresas de tecnologia desempenham um papel fundamental na configuração desse novo cenário, elas têm o poder de estabelecer as condições de trabalho para milhões de trabalhadores independentes. Portanto, é essencial que elas reconheçam sua responsabilidade social e busquem maneiras de proporcionar um ambiente de trabalho justo e seguro, outra questão crucial é a formação e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores informais, muitos desses empregos exigem habilidades específicas, como a condução de veículos ou a entrega de alimentos de forma eficiente, portanto, programas de capacitação e educação continuada podem ser necessários para melhorar as competências dos trabalhadores e aumentar suas oportunidades de emprego.

Além dos desafios econômicos e sociais, é crucial explorar os impactos psicossociais enfrentados por esses trabalhadores, a natureza fragmentada e muitas vezes isolada do trabalho por meio de aplicativos pode levar a uma sensação de desconexão e solidão, a ausência de uma rede de apoio tradicional, como colegas de trabalho e supervisores, contribui para um ambiente de trabalho solitário, afetando negativamente a saúde mental desses profissionais.

Estudos psicológicos indicam que a falta de interações sociais no ambiente de trabalho pode resultar em sentimentos de ansiedade e depressão. A pressão constante para cumprir metas e manter uma boa avaliação nas plataformas também adiciona uma carga significativa, exacerbando os desafios emocionais enfrentados por esses trabalhadores, pesquisas buscam, portanto, destacar a importância de considerar não apenas as condições físicas, mas também os aspectos psicológicos do trabalho desses profissionais.

Ao abordar a precarização do trabalho por meio de aplicativos, é importante analisar as dimensões éticas envolvidas, as empresas que operam por meio dessas plataformas muitas vezes se beneficiam da flexibilidade proporcionada pelos trabalhadores, mas nem sempre assumem a responsabilidade pelos impactos negativos nas condições de trabalho, é importante analisar as práticas éticas das empresas e sua responsabilidade social.

A responsabilidade corporativa estende-se não apenas às condições de trabalho, mas também ao impacto ambiental das operações das plataformas, buscando avaliar como essas empresas podem integrar práticas sustentáveis em suas operações, reconhecendo que a sustentabilidade não se limita apenas ao meio ambiente, mas também à saúde e bem-estar de seus trabalhadores.

Enfatizando a importância de envolver ativamente os trabalhadores na formulação de políticas que impactam diretamente suas vidas, ao dar voz a esses profissionais, busca-se promover uma abordagem mais inclusiva na criação de regulamentações e diretrizes, entender as experiências individuais e coletivas desses trabalhadores é crucial para desenvolver soluções que atendam efetivamente seus desafios específicos.

A análise dos desdobramentos econômicos dessas formas de trabalho revelam uma realidade onde a flexibilidade muitas vezes se traduz em instabilidade financeira, embora esses trabalhadores possuam uma autonomia relativa em termos de horários, muitos enfrentam uma falta crônica de segurança financeira devido à irregularidade nos ganhos, esta precariedade econômica não apenas impacta a qualidade de vida individual, mas também contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, com consequências diretas na saúde, na educação e no acesso a oportunidades.

Em muitos casos, esses trabalhadores enfrentam salários abaixo da média e têm acesso limitado a benefícios sociais, essa realidade torna esses profissionais mais vulneráveis a eventos inesperados, como doenças ou emergências familiares, exacerbando as disparidades sociais já existentes.

A análise da interseção entre tecnologia e trabalho é crucial para compreender os desafios específicos enfrentados pelos trabalhadores de plataformas digitais, embora a tecnologia tenha facilitado a conexão entre prestadores de serviços e consumidores, ela também introduziu novas complexidades nas relações trabalhistas, a automação e a inteligência artificial, por exemplo, ameaçam substituir alguns desses trabalhadores, acrescentando uma camada adicional de incerteza ao futuro do emprego.

A falta de condições adequadas de trabalho também se estende ao impacto na saúde pública, a impossibilidade de acessar facilmente instalações sanitárias, representa não apenas uma violação do direito humano básico, mas também apresenta riscos significativos à saúde pública, alguns estudos indicam que a falta de acesso a instalações sanitárias adequadas contribui para a propagação de doenças infecciosas, afetando não apenas os trabalhadores, mas também as comunidades em que operam. A dependência desses trabalhadores em dispositivos eletrônicos para a execução de suas funções destaca a importância do acesso a serviços básicos, como carregamento de dispositivos e acesso à internet.

A solidariedade coletiva entre os próprios trabalhadores pode desempenhar um papel significativo na melhoria das condições de trabalho, movimentos de trabalhadores de plataformas digitais têm surgido em várias partes do mundo, defendendo não apenas melhores salários e condições de

trabalho, mas também promovendo uma comunidade que compartilha experiências e conhecimentos.

Examinar o impacto dessas formas de trabalho na diversidade e inclusão é essencial, embora as plataformas ofereçam uma certa flexibilidade que pode ser benéfica para grupos específicos, como pais que buscam conciliar trabalho e responsabilidades familiares, também há relatos de práticas discriminatórias.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem exploratória com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a relação entre racismo e a precarização do trabalho no contexto pós-moderno. A metodologia é baseada em uma análise qualitativa, utilizando fontes secundárias e terciárias para coletar e examinar dados relevantes, optando por uma abordagem qualitativa para capturar a complexidade e a profundidade das experiências dos trabalhadores que se encontram invisibilizados em meios de trabalhos informais ou que não ofertam o suporte necessário para a realização do trabalho, permitindo uma análise das narrativas e das dinâmicas sociais envolvidas, oferecendo uma compreensão dos eventos estudados.

As fontes de dados utilizadas incluem artigos acadêmicos, estudos de caso, dissertações, livros, resumos e publicações relevantes que abordam os temas relacionados à precarização do trabalho, racismo e o impacto do capitalismo na vida dos trabalhadores, essas fontes forneceram uma base teórica para a análise e foram utilizadas para auxiliar na identificação de padrões e tendências gerais.

O objetivo descritivo da pesquisa é mapear e detalhar as condições de trabalho em que as pessoas se encontram na atualidade, evidenciando como o racismo interage com a precarização do trabalho para agravar a invisibilidade e a vulnerabilidade desses trabalhadores. A pesquisa visa descrever os desafios enfrentados por essas categorias de trabalhadores, que se encontram em sub-empregos, empregos informais ou em empregos que não ofertam o suporte necessário, bem como o impacto das estruturas sociais e econômicas em suas vidas cotidianas.

A coleta de dados iniciou-se com a identificação e seleção criteriosa de fontes secundárias e terciárias, priorizando documentos que oferecessem percepções consideráveis sobre a temática. Os documentos selecionados foram analisados de forma crítica para extrair informações relevantes, envolvendo a leitura detalhada das principais categorias temáticas relacionadas à precarização do trabalho e ao racismo. Por fim, os dados analisados foram resumidos e interpretados à luz do referencial teórico, permitindo a construção de um referencial abrangente e fundamentado sobre o tema.

A metodologia adotada possibilita uma investigação capaz de revelar as complexidades da precarização do trabalho no contexto do racismo estrutural, contribuindo para um entendimento mais aprofundado e crítico da realidade dos trabalhadores que atuam principalmente por meio de aplicativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo explorou as diversas faces da desigualdade social e econômica no contexto contemporâneo, analisando como teorias filosóficas e estruturas históricas moldam as relações de trabalho e a distribuição de recursos na sociedade. A partir das reflexões de Sartre (2012), o conceito de humanismo foi relacionado com a realidade da marginalização e da exploração, revelando contradições entre ideais universalistas e práticas excludentes.

Sartre critica o humanismo burguês, que embora adote valores de igualdade e liberdade, sustenta desigualdades estruturais que marginalizam alguns grupos sociais, como os trabalhadores urbanos e rurais. A teoria alerta para a superficialidade do universalismo promovido pela classe dominante, que utiliza o conceito de humanidade de maneira seletiva para mascarar a exploração e a opressão dentro de um sistema.

Essa crítica repercute na análise contemporânea das dinâmicas sociais e econômicas, especialmente visíveis na "uberização" do trabalho. Os aplicativos de transporte e entrega, embora ofereçam flexibilidade e oportunidades de renda dentro de um mercado de trabalho instável, também reproduzem condições de trabalho precárias e uma falta de proteção social adequada para os trabalhadores.

A discussão sobre a uberização do trabalho revela uma contradição, enquanto oferece uma saída econômica para muitos, também intensifica precarização do trabalho, enquanto não existem leis e normas o suficiente para que os direitos desses trabalhadores sejam garantidos de forma efetiva. Pessoas de diferentes condições sociais são atraídas para essas plataformas, muitas vezes sem os benefícios e proteções que os empregos tradicionais proporcionariam.

Além disso, a marginalização das pessoas negras no mercado de trabalho ilustra como estruturas históricas de racismo persistem na sociedade contemporânea, a herança da escravidão no Brasil contribui para uma divisão racial do trabalho, onde as pessoas negras enfrentam discriminação e

são desproporcionalmente levadas a empregos mal remunerados e instáveis. A abolição formal da escravidão não eliminou essas desigualdades estruturais, mas sim as reconfigurou dentro de um sistema econômico que continua a favorecer os interesses da elite econômica, criando um ciclo de marginalização e exploração que perpetua a desigualdade racial e social no Brasil.

Em resumo, o estudo destaca a importância de adotar uma abordagem crítica e interdisciplinar para entender as complexas dinâmicas sociais e econômicas que moldam as oportunidades de trabalho e a distribuição de recursos na sociedade contemporânea. A teoria filosófica de Sartre oferece uma visão valiosa para examinar como o discurso universalista muitas vezes mascara realidades da exploração e exclusão, destacando a necessidade urgente de políticas públicas e mudanças estruturais que promovam a verdadeira igualdade e justiça social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, foi explorada a dinâmica complexa da sociedade, com um foco particular na influência das empresas globais sobre os trabalhadores locais, a questão que ficou evidente foi a necessidade de proteger os interesses desses trabalhadores em um cenário onde as forças econômicas das empresas frequentemente dominam, em relação ao bem-estar desses trabalhadores, priorizando sempre a relação de lucro e contrariando os interesses locais.

As considerações finais destacam a necessidade urgente de políticas que regulem e equilibrem os interesses econômicos com os direitos e necessidades desses trabalhadores. Seriam importantes implementar ações considerando medidas como o fortalecimento da participação dos trabalhadores em processos decisórios e o investimento em programas educacionais que aumentem a conscientização comunitária sobre os impactos da globalização econômica.

Além disso, a importância de sistemas contínuos de monitoramento e avaliação para acompanhar o impacto das políticas adotadas e garantir ajustes conforme necessário, ao adotar uma abordagem integrada que combina regulamentação eficaz com capacitação comunitária, pode-se diminuir os efeitos contrários da influência das empresas e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável para todas as partes envolvidas, este caminho não apenas protege os interesses dos trabalhadores, mas também fortalece a base para um futuro econômico e social mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ACCARINI, A. **Racismo estrutural segrega negros no mercado de trabalho**. CUT Basil,2020 Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/racismo-estrutural-segrega-negros-no-mercado-de-trabalho-548e> Acesso em:11 de dez. de 2023
- ALVES, L. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural**, Revista katálysis 25 (2), mai-ago,2022
- ANTUNES, P. **Rawls e Marx: apontamentos em torno da “divisão do trabalho”**, Revista Griot v.12 n.2,2015.
- BARRO, C. **Escravos e guerreiros: trabalho uberizado e políticas da crise no Brasil**. Tese doutorado, USP.
- BAZZANELLA, S. **Insegurança e medo na vida urbana**, Revista Griot v.22 n.2,2022
- CARNEIRO, L. **As questões afetas ao precariado no contexto da uberização nas relações de trabalho: (des) caracterização do vínculo empregatício, precarização do trabalho e dumping social**. Dissertação, Universidade Federal do Maranhão.
- CORDEIRO, C. **O ajuste espaço-temporal na uberização do trabalho**. 2019. (Pós-graduação em Geografia) – UFRRJ
- FRANCO, D. **Uberização do trabalho — A materialização do valor entre plataformas digitais, gestão algorítmica e trabalhadores nas redes do capital**. 2020. (Pós-graduação em administração) - Universidade Federal De Minas Gerais Faculdade De Ciências Econômicas Departamento De Ciências Administrativas
- JACQUES, L. **O Estado a partir do pensamento de Marx e Engels: das ilusões do reformismo à sua necessária superação**, Revista Griot v.21 n.1, 2021.
- MOASSAB, A. **De que lado a arquitetura está? Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais**, Revista PROJETAR v.5 n.1,2020
- PANTA, M. **Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade**. 2018. (Pós-graduação em ciências sociais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências
- PAULI, J. et al. **Relação entre trabalho precário e racismo para migrantes no Brasil**. Cad. ABRAPÉ.BR, 19 (2), abr-jun, 2021.
- Seminário nacional de serviço social, trabalho e política social,2015, Florianópolis- SC: **Reflexões históricas acerca da divisão social do trabalho e sua relação com a sociedade capitalista**, Universidade federal de Santa Catarina.8.

SOUZA, T. Do humanismo burguês ao humanismo existencialista: o caminho do intelectual clássico para Sartre, Revista Griot v.23 n.1,2023

WOODCOCK, J. A luta contra o capitalismo de plataforma: uma investigação das lutas globais da economia GIG/ Jamie Woodcock; tradução Marco Tulio Vieira. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. 200p.